

FÁBIO ALEXANDRE COELHO

Procurador do Estado – SP

Professor Doutor – Centro Universitário de Bauru

TEORIA GERAL DO PROCESSO

4ª EDIÇÃO

 **Spessotto**



4ª EDIÇÃO – 2018

Todos os direitos reservados

Editor: Ricardo Zanetta Spessotto

Capa: Matheus Miliani – Agência Enjob

Conselho Editorial: Bento Barbosa Cintra Neto, Caio Henrique Lopes Ramiro, Claudio José Amaral Bahia, Cláudia Fernanda de Aguiar Pereira, Fábio Alexandre Coelho, Flávio Luís de Oliveira, José Roberto Anselmo, Luiz Henrique Martim Herrera, Marcos César Botelho, Moacyr Caram Júnior, Paulo Henrique Silva Godoy, Renato Bernardi, Silvio Carlos Álvares, Thiago de Mello Azevedo Guilherme e Vinicius Roberto Prioli de Souza.

C672 Coelho, Fábio Alexandre
Teoria geral do processo / Fábio Alexandre Coelho.
– 4. ed. – Bauru, SP : Spessotto, 2018.
766 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5973-042-5

1. Direito Processual – Brasil 2. Processo Civil –
Brasil 3. Organização Judiciária – Brasil 4. Pressupostos
Judiciais – Brasil 5. Poder Judiciário - Brasil I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Perez Viana (CRB/8 3.615)

Livraria e Editora Spessotto - CNPJ 03.503.112/0001-53

Rua Araújo Leite, 25-72 – Santa Tereza

Bauru/SP – CEP 17012-055 - Fone: (14) 3208-4818

www.livrariaspessotto.com.br

1120108

SUMÁRIO

Introdução	19
O que é o processo?	19
Definição de Teoria Geral do Processo	19
Objeto de estudo da Teoria Geral do Processo	20
Função da Teoria Geral do Processo nos cursos jurídicos	20
Métodos de elaboração da Teoria Geral do Processo	20
Conteúdo da Teoria Geral do Processo	23
 Solução dos conflitos que ocorrem na sociedade	25
O direito e a vida em sociedade	25
Condutas disciplinadas pelo direito	26
Estrutura do conflito	26
Classificação dos interesses e bens	28
Causas do conflito	29
Formas de solução do conflito	30
Justiça pública e privada	34
Surgimento do processo	34
 Solução dos conflitos e escopos da jurisdição	39
O poder de ditar soluções para os conflitos	39
Teoria da separação de poderes	40
Escopos ou finalidades da jurisdição	40
 Autotutela e autocomposição no direito moderno	43
A autotutela no direito moderno	43
Cédula hipotecária e alienação fiduciária	49
A autocomposição no direito moderno	50
Indisponibilidade absoluta ou relativa	53
 Meios alternativos para a solução dos conflitos	55
Existência de meios alternativos para a solução dos conflitos	55
O aumento no emprego dos meios alternativos de pacificação social	55
Conciliação	57
Arbitragem	59
Vantagens da arbitragem	63
Mediação	64
Vantagens da mediação	65
 Utilização obrigatória do processo	67
Autorização e vedação ao uso da autotutela e da autocomposição	67
Utilização obrigatória do processo	68

Solução dos conflitos em matéria penal	68
O advento da Lei nº 9.099/95	68
A utilização obrigatória do processo em matéria civil	69
Situações de indisponibilidade extrema	70
A evolução da solução do conflito em matéria penal	70
Sentido e aspectos da regra <i>nulla poena sine iudicio</i>	71
Garantias para o processo penal na Constituição Federal de 1988	71
Previsão de utilização obrigatória do processo no texto constitucional	72
Direito material e processual	73
Legislação e jurisdição	73
Conhecimento, execução e atividade cautelar	74
Direito material e processual	75
Relação jurídica material e processual	75
Visão unitária e dualista do ordenamento jurídico	77
Visão crítica a respeito da unidade e da dualidade do ordenamento jurídico	79
Relações jurídicas e processo	80
Aplicação do direito material e do direito processual	80
Instrumentalidade do processo	82
Prevalência do direito material sobre o processual	83
Interferência do direito processual sobre o direito material	84
Linhas evolutivas do processo	84
Denominação, enquadramento, relações e divisão do direito processual	87
Denominação do processo	87
Enquadramento do direito processual	91
Relação do direito processual com outros ramos do direito	91
Divisão do direito processual	92
Princípios processuais	95
Significado e importância dos princípios	95
Aspectos que devem ser considerados na construção do sistema processual	96
Considerações gerais acerca dos princípios processuais	96
Princípios informativos do processo	97
Princípios gerais do processo	98
Princípios específicos dos ramos do direito processual	100
Princípios constitucionais do processo	100
Funções dos princípios em geral	101
Princípio da imparcialidade	103
Considerações gerais a respeito da imparcialidade do juiz	103
Fundamentos principiológicos do princípio da imparcialidade	104
Significado do princípio da imparcialidade do juiz	104
Impedimento e suspeição do juiz	105
A Constituição Federal e a imparcialidade do juiz	106
Garantias constitucionais para assegurar a imparcialidade do juiz	106

Vedações impostas aos juizes no intuito de preservar sua imparcialidade	108
A imparcialidade do juiz e a proibição de criação de juízos ou tribunais de exceção	109
O princípio do juiz natural e a imparcialidade do juiz	111
Impossibilidade de escolha do juiz que solucionará o conflito	112
A imparcialidade como garantia e o seu aspecto ético	113
Desaforamento e ativismo judicial	113
Princípio da igualdade	115
Significado do princípio da igualdade	115
Justificativa para o tratamento igualitário	115
O princípio da igualdade na Constituição Federal	116
A igualdade perante o legislador, o intérprete e o aplicador do direito	116
Igualdade formal e substancial	116
Aplicação do princípio da igualdade material no processo do trabalho	117
Incidência do princípio da igualdade no processo penal	118
Igualdade formal e material no processo civil	119
Igualdade material na legislação extravagante	120
A igualdade em face da demora na solução dos conflitos	121
Princípio do contraditório	123
Significado do princípio do contraditório	123
Fundamentos para a existência do princípio do contraditório	123
Restrições à defesa de um interesse	124
Influência da bilateralidade da ação e do processo no contraditório	125
O contraditório no Direito romano	125
Relação entre contraditório e imparcialidade do juiz	126
O contraditório na Constituição Federal de 1988	126
O contraditório e a ampla defesa no processo penal	127
Atos de comunicação processual e contraditório	128
O contraditório em relação aos direitos disponíveis e indisponíveis	129
Situações específicas relacionadas ao princípio do contraditório	131
Elementos do contraditório	131
Modalidades de contraditório	132
Contraditório diferido	133
Necessidade de o contraditório ser substancial	134
O contraditório nos inquéritos policiais e civis	135
Princípio da ação	137
A necessidade de acionar o Poder Judiciário	137
Fatores que justificam a existência do direito de ação	138
Ação de direito material e ação de direito processual	138
Legitimidade ordinária ou extraordinária	139
Justificativas para a existência da legitimação extraordinária	141
Substituição processual	141
Necessidade de autorização para o exercício da substituição processual	142
Defesa de interesses e direitos através da substituição processual	143

Importância da classificação dos interesses.....	145
Substituição processual e representação adequada	146
Diferença entre substituição processual e sucessão processual.....	146
Características da substituição processual.....	146
Acionar ou demandar	148
Mecanismos de proteção relacionados ao exercício do direito de ação.....	148
Princípio da ação ou da demanda no processo civil.....	148
Exercício do direito de ação no processo penal	149
Princípio da ação ou da demanda no processo do trabalho.....	152
Exceções ao princípio da ação ou da demanda	156
Justificativas para a presença de exceções	157
A possibilidade de o réu formular pedido contra o autor.....	157
A vinculação do juiz ao pedido	158
Necessidade de indicação da norma que ampara a pretensão.....	160
Pedidos implícitos e providências voltadas para a efetividade da tutela	161
O princípio da ação e a imparcialidade do juiz	161
O prazo para fazer valer em juízo a pretensão.....	162
Inexistência de limitação temporal para o exercício do direito de ação	163
Reconhecimento da prescrição	164
Suspensão e interrupção da prescrição	165
 Princípio da (in)disponibilidade	 167
Influência dos direitos discutidos no desenvolvimento do processo.....	167
Como identificar as situações de indisponibilidade	170
A indisponibilidade no processo civil, trabalhista e penal	171
Exteriorização da indisponibilidade em matéria penal	172
Obrigatoriedade da propositura da ação penal.....	173
A disponibilidade nos crimes de ação penal privada	175
A regra da oficialidade na persecução criminal	176
 Princípio dispositivo e livre investigação das provas.....	 179
Princípio dispositivo e desenvolvimento do processo.....	179
Interferência dos interesses em disputa sobre o processo.....	180
A nova postura do juiz na condução do processo	181
A razão da mudança no comportamento do juiz	184
A livre investigação das provas	185
Limites à atividade probatória do juiz.....	186
 Princípio da persuasão racional do juiz	 187
Sistemas para a apreciação e a avaliação das provas.....	187
Sistema legal ou tarifado	187
Especificação ou vedação ao uso de prova	190
Sistema do julgamento segundo a consciência.....	191
Livre convencimento motivado do juiz	192
Sistema adotado no ordenamento jurídico brasileiro.....	194

Princípio da motivação das decisões judiciais	197
A motivação das decisões judiciais	197
As justificativas para a adoção do princípio da motivação	197
O princípio da motivação no sistema processual brasileiro	198
A motivação em matéria penal	199
Disciplina da motivação no processo civil	200
Princípio da publicidade	203
Considerações gerais a respeito da publicidade	203
Funções exercidas pelo princípio da publicidade	204
O princípio da publicidade e o juiz	205
Histórico do princípio da publicidade	206
Adoção do princípio da publicidade	206
O princípio da publicidade no âmbito supralegal e infraconstitucional	207
A restrição da publicidade no texto constitucional	207
A restrição da publicidade na esfera supralegal e infraconstitucional	208
Restrições à publicidade em matéria penal	209
Alguns problemas que envolvem a publicidade	209
O sigilo dos inquéritos policiais e civis	210
Princípio da lealdade e boa-fé processual	211
Considerações gerais a respeito da conduta dos participantes do processo	211
Boa-fé subjetiva e objetiva	211
A relação entre a natureza do processo e a lealdade e a boa-fé	212
Sanções que incidem sobre a conduta desleal e de má-fé	212
O direito de permanecer calado e a lealdade e a boa-fé	215
Princípio da economia processual	217
Considerações gerais a respeito do princípio da economia processual	217
Aplicação do princípio da economia processual	218
Prazo razoável para a prestação da tutela jurisdicional	222
Prejuízos provocados pelo atraso na prestação da tutela jurisdicional	224
Economia processual e inafastabilidade da jurisdição	225
Princípio do duplo grau de jurisdição	227
Significado do princípio do duplo grau de jurisdição	227
Finalidade do duplo grau de jurisdição	228
Revisão das decisões	228
O princípio do duplo grau de jurisdição na Constituição Federal	230
Ausência do duplo grau de jurisdição	231
Observância de requisitos para recorrer	232
Recursos em causas de pequeno valor	233
Decisões impugnáveis	233
Decisões interlocutórias que não são impugnáveis de imediato	234
Existência de vários graus de jurisdição	235
Recurso e reexame necessário	236
Argumentos favoráveis e contrários ao duplo grau de jurisdição	238

Princípio do devido processo legal	241
Origem do princípio do devido processo legal	241
Importância do princípio do devido processo legal	241
Previsão constitucional do devido processo legal	242
Alcance e rol de garantias que integram o princípio do devido processo legal	242
Incidência do princípio do devido processo legal em relação às partes	245
A constituição e o processo	247
Relação entre o direito constitucional e o processo	247
Histórico das garantias processuais	247
Previsão de garantias processuais nas constituições brasileiras	248
As garantias processuais na Constituição atual	249
Origem histórica da proteção constitucional ao processo	250
Direito constitucional processual e direito processual constitucional	250
Direitos e garantias constitucionais	251
Acesso à justiça	253
Alcance do direito de ação	253
Conteúdo do direito de acesso à justiça	253
Exercício do direito de ação	253
A proteção à simples ameaça e aos direitos coletivos	254
Lei de Arbitragem e Comissões de Conciliação Prévia	254
Instauração de dissídios coletivos de natureza econômica	256
Renúncia ao exercício do direito de ação	257
Assistência jurídica	257
Justiça itinerante	259
Normas materiais e instrumentais	261
Identificação das normas materiais e instrumentais	261
Normas instrumentais que integram o direito material	262
Normas instrumentais relacionadas ao direito processual	263
Normas de natureza híbrida	264
Diferença entre normas jurídicas materiais e instrumentais	264
Conflitos entre normas instrumentais de caráter material e processual	264
Erro no procedimento e no julgamento	265
Objeto das normas processuais	266
Divisão das normas processuais	266
Natureza das normas processuais	267
Normas processuais dispositivas	267
Fontes das normas processuais	269
Fontes do direito em geral	269
Fontes abstratas de normas processuais	274
Fontes concretas de normas processuais	274
Fontes federais e estaduais	275
Fontes estatais e privadas	275

Eficácia da lei processual no espaço e no tempo	277
Aspectos gerais sobre a eficácia da norma processual	277
Eficácia da norma processual no espaço	278
Fundamentos para a aplicação do princípio da territorialidade	278
Origem do princípio da territorialidade	279
Aplicação do direito internacional público e privado	280
Eficácia da norma processual no tempo	282
Solução do conflito intertemporal.....	283
Sistema adotado no ordenamento jurídico brasileiro quanto à eficácia da lei	284
Hipóteses de conflitos intertemporais de normas	285
 Interpretação das normas e integração das leis	287
Interpretação das normas	287
Métodos ou processos de interpretação	287
Resultados obtidos com a interpretação.....	291
Interpretação e integração	292
Interpretação e integração das normas processuais	294
 Evolução histórica do direito processual brasileiro	295
Observância da legislação portuguesa	295
Instituição de garantias em matéria penal pela Constituição de 1824	296
Código Criminal do Império	296
Regulamento 737	297
Outras normas importantes na evolução do sistema processual.....	297
 Jurisdição	299
A jurisdição como poder do Estado	299
Jurisdição una e contencioso administrativo.....	300
Definição de jurisdição	301
Exercício da jurisdição	301
A jurisdição como função do Estado.....	302
Características da jurisdição.....	303
Análise dos critérios apontados para caracterizar a jurisdição	307
Caráter substitutivo da jurisdição	308
Escopo jurídico de atuação do direito	308
A existência de uma lide como pressuposto para o exercício da jurisdição	309
Separação entre jurisdição, legislação e administração	310
Princípios inerentes à jurisdição	311
Dimensões da jurisdição	314
Elementos da jurisdição	315
Podereis jurisdicionais	316
Mecanismos para a ampliação do poder dos juizes	317
Proporcionalidade como parâmetro para a atuação do juiz	318
Efetividade, tempestividade e adequação da tutela jurisdicional	318

Espécies de jurisdição	321
Unidade da jurisdição	321
Espécies de jurisdição	322
Jurisdição civil ou penal	322
Relacionamento entre jurisdição penal e civil	323
Exercício concomitante de jurisdição em matéria civil e penal	326
Jurisdição comum ou especial	327
Jurisdição superior ou inferior	328
Jurisdição contenciosa ou voluntária	328
Jurisdição de direito ou de equidade	330
Jurisdição federal ou estadual	332
Como identificar se a competência é da Justiça Federal ou da Estadual	333
Jurisdição constitucional ou infraconstitucional	333
 Limites da jurisdição	 335
Considerações gerais a respeito do exercício da jurisdição no espaço	335
Limites internacionais ao exercício da jurisdição	335
Limites internacionais de caráter pessoal ao exercício da jurisdição	340
Limites internos ao exercício da jurisdição	342
Restrições ao exercício da atividade jurisdicional com fundamento constitucional ...	346
 Direito de ação	 349
A ação como um direito	349
Alcance do direito de ação	349
Finalidade do exercício do direito de ação	350
Autonomia do direito de ação	350
Natureza jurídica da ação de acordo com a teoria imanentista	351
A polêmica entre Bernhard Windscheid e Theodor Muther	354
A ação como um direito autônomo	355
A ação como um direito autônomo e concreto	356
A ação como um direito autônomo e abstrato	359
A doutrina de Liebman a respeito das condições da ação	362
Fundamento da doutrina de Liebman	367
 Análise crítica das teorias sobre a natureza jurídica da ação	 369
Natureza jurídica da ação para a teoria civilista e para as teorias publicísticas	369
Teoria imanentista	369
Autonomia do direito de ação	372
Ação como um direito concreto ou abstrato	372
Teoria da ação como um direito concreto à tutela jurídica	373
Propositura da ação	373
Teoria da ação como um direito concreto de acordo com Chiovenda	374
Críticas à teoria da ação como direito autônomo e abstrato	375
Natureza jurídica da ação	376

Condições da ação	381
Considerações gerais a respeito das condições da ação	381
A carência de ação no direito processual brasileiro	383
Condições da ação para Liebman	386
Interesse de agir	386
Atualidade, imediatidade e legitimidade do interesse	387
O interesse de agir no direito brasileiro	387
Legitimação para agir	388
Legitimação extraordinária	389
Possibilidade jurídica do pedido	391
Condições de procedibilidade	392
A apreciação das condições da ação de acordo com a teoria da asserção	392
Ação existente e ação fundada	393
 Identificação da ação	 395
Aspectos gerais a respeito da identificação da ação	395
Elementos da ação	396
As partes do processo	396
Causa de pedir	400
Causa de pedir remota e próxima	402
Causa de pedir simples, composta e complexa	403
Teoria da substanciação e da individuação	403
Pedido	405
Espécies de pedidos	407
Cumulação de pedidos	408
Os elementos da ação à luz da teoria geral do processo	409
Função da identificação das ações	409
Classificação das ações	410
Classificações tradicionais das ações	411
Classificação da ação com base na tutela pleiteada	412
Classificação da ação penal	413
Classificação da ação trabalhista	414
 Direito de defesa	 417
Exercício do direito de defesa	417
Exceção ou defesa	418
Surgimento da exceção ou defesa	418
Natureza da exceção	419
Pedido e oposição	420
Atitudes que o réu pode adotar além de se defender	421
Classificação das exceções	421
Defesa direta e indireta de mérito	423
O cerceamento de defesa	423
Objecção e exceção	424
A exceção no processo	425
Eventualidade da defesa	425

Classificação das exceções conforme o efeito	427
Exceções como defesas específicas	427
Exceção incidental ou instrumental	428
Reconvenção e ações dúplices	428
Utilização da reconvenção e das ações dúplices	428
Estrutura da reconvenção e das ações dúplices	429
Processo	433
Essência do processo.....	433
Definição de processo	433
Finalidade do processo.....	434
Razão de ser do processo.....	434
Processo judicial.....	434
Diferença entre processo e procedimento	435
Demonstração da diferença entre processo e procedimento	435
Autonomia do direito processual.....	436
Teorias sobre a natureza jurídica do processo	438
Teoria contratual.....	438
Teoria do quase-contrato.....	439
Teoria da relação jurídica	441
Teoria da situação jurídica.....	441
Teoria da pretensão processual	443
Teoria do processo como procedimento em contraditório	443
Teoria predominante quanto à natureza jurídica do processo	444
Sujeitos da relação jurídica processual	445
Os relacionamentos que surgem entre os sujeitos do processo	445
Análise da relação jurídica processual	449
Relação jurídica processual.....	449
Objeto da relação jurídica processual.....	449
Pressupostos processuais.....	451
Importância da diferenciação entre os pressupostos de existência e de validade	458
Pressupostos processuais negativos.....	458
Os pressupostos processuais e o direito processual brasileiro	461
Pressupostos processuais subjetivos e objetivos	461
Características da relação jurídica processual	462
Direitos, deveres, obrigações, faculdades e ônus processuais	464
Autonomia da relação jurídica processual.....	465
Início e fim do processo.....	466
Pressupostos processuais, condições da ação e mérito	467
Sujeitos do processo e litisconsórcio	469
Sujeitos do processo	469
Litisconsórcio	470
Cumulação objetiva e subjetiva	471
Litisconsórcio como pluralidade de partes em sentido processual	471
Espécies de litisconsórcio.....	471

Litisconsórcio facultativo ou necessário	471
Litisconsórcio comum ou unitário	472
Litisconsórcio facultativo ou necessário e simples ou unitário	473
Limitação do litisconsórcio facultativo multinário	474
Litisconsórcio inicial ou ulterior	474
Autonomia dos litisconsortes	475
Intervenção de terceiros	477
A intervenção de terceiros no processo	477
Pressupostos para a intervenção de terceiros	478
A intervenção de terceiros no direito processual brasileiro	479
A assistência no processo	483
Participação espontânea ou provocada de terceiros no processo	485
O terceiro e os acordos extrajudiciais homologados em juízo	485
Processo de conhecimento, de execução e sincrético	487
Classificação dos processos	487
Processo dispositivo ou determinativo	487
Modalidades de processos	488
Finalidades dos diferentes processos	489
Necessidade de uma nova classificação dos processos	489
Processo de conhecimento, de execução ou sincrético	490
Processo de conhecimento	491
Finalidade do processo de conhecimento	491
Sentenças proferidas no processo de conhecimento	491
Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	496
Existência de duas classificações a respeito das sentenças	496
Separação entre conhecimento e execução	497
Providências jurisdicionais relacionadas à atividade cognitiva	498
Diferença entre as ações executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais	504
Cumulação de pretensões	506
Efeitos das sentenças	506
Cargas de eficácias das sentenças	508
Sentenças em partes ou capítulos	510
Processo de execução	511
Execução ou satisfação de um direito	511
Sentenças que autorizam a execução	511
Autonomia do processo de execução	512
Hipóteses em que haverá autonomia da execução	514
Prática de atos executivos na mesma relação jurídica	515
Princípios informativos da execução	515
Meios executivos	521
Finalidade da execução	523
Contraditório na execução	524
Objeto do processo de execução	524

Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.....	525
Funções do título executivo	525
Pressupostos da execução.....	526
Sentença líquida e ilíquida.....	527
Modalidades de execução	528
Partes na execução.....	529
Inversão da posição das partes na execução.....	530
Formas de o executado opor-se à execução.....	531
Execução provisória e definitiva	533
Extinção da execução.....	534
Providências cautelares.....	535
Previsão normativa da atividade cautelar	535
Finalidade da atividade cautelar	535
Motivos para a existência das providências cautelares	536
Objetivo da atividade cautelar	536
Momento de concessão da providência cautelar.....	537
Providência cautelar antecedente e incidente	537
Finalidade da segurança	537
Mérito da providência cautelar.....	537
Características da atividade cautelar	538
Requisitos para a concessão da tutela cautelar	541
Medidas cautelares específicas e poder geral de cautela	542
Classificação das medidas cautelares.....	543
Prestação de caução.....	543
Competência	545
Generalidades a respeito da competência	545
Importância da fixação prévia do juízo competente.....	546
Elementos que justificam a limitação no exercício da jurisdição	546
Relação entre competência e interesse público e privado.....	548
Indicação do órgão jurisdicional competente.....	549
Princípios que orientam a fixação da competência.....	550
Distribuição da competência	553
Generalidades a respeito da distribuição da competência	553
A competência na Constituição Federal	553
Competência do STF, do CNJ, do STJ, dos TRF's e dos juizes federais	554
Competência da Justiça do Trabalho	554
Competência da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça dos Estados	555
Competência das normas infraconstitucionais	556
Competência no processo civil.....	556
Competência no processo do trabalho	560
Competência no processo penal	561
Competência com base na matéria, na pessoa, no território, na função e no valor ..	563
Competência absoluta ou relativa.....	565
Afastamento do órgão jurisdicional incompetente	565

Poder judiciário	567
Considerações gerais sobre o Poder Judiciário	567
Poder Judiciário e princípio da inafastabilidade da jurisdição	567
Atuação do Poder Judiciário	568
A unidade do Poder Judiciário	569
Funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	569
Órgãos judiciais	569
A independência do Poder Judiciário e suas garantias	570
As garantias do Poder Judiciário como um todo	572
As garantias dos magistrados	573
Garantias de independência da magistratura	573
Impedimentos e imparcialidade	575
Organização judiciária	577
Considerações gerais sobre a organização judiciária	577
Princípios aplicáveis à organização judiciária	578
Direito processual, procedimento e organização judiciária	579
Normas sobre organização judiciária	580
Conteúdo da organização judiciária	580
Magistratura	583
Aspectos gerais a respeito da magistratura	583
Princípios que orientam o exercício da função jurisdicional	584
Promoção e recrutamento de magistrados	584
O recrutamento de magistrados no Brasil	586
Composição dos juízos e tribunais	587
O juiz e a prestação da tutela jurisdicional	590
Divisão judiciária e épocas para o trabalho forense	593
Generalidades sobre a divisão judiciária e o trabalho forense	593
Princípios que regem a divisão judiciária	593
As leis de organização judiciária em relação à Constituição Federal	594
Divisão judiciária da justiça estadual paulista	594
Divisão judiciária na Constituição Federal	595
Trabalho forense nas normas processuais e de organização judiciária	595
Auxiliares da justiça	597
Órgãos auxiliares da justiça	597
Diferença entre a função do juiz e a dos auxiliares da justiça	597
Órgãos auxiliares permanentes, eventuais e extravagantes da justiça	598
Auxiliares que integram os quadros do Poder Judiciário e auxiliares eventuais	599
Excluídos do rol de auxiliares da justiça	600
Auxiliares permanentes da justiça	601
Auxiliares eventuais da justiça	602
Auxiliares extravagantes	603
Fé-pública	604

Ministério público	605
O Ministério Público na Constituição Federal	605
Interesses defendidos pelo Ministério Público	607
Princípios institucionais do Ministério Público	608
Ministério Público da União e dos Estados	609
Organização do Ministério Público	609
Garantias e vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público	610
Funções institucionais do Ministério Público	610
Advocacia	613
Generalidades sobre a advocacia	613
A parcialidade do advogado	613
A advocacia na Constituição Federal	614
Advocacia pública	614
Advocacia e defensoria pública	615
Natureza jurídica da advocacia	617
Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil	617
Procedimento	621
Considerações gerais sobre o procedimento	621
Formas procedimentais	621
O lugar dos atos do procedimento	623
O tempo nos atos do procedimento	624
Termos ou prazos processuais	624
Princípios aplicáveis aos prazos processuais	625
Classificação dos prazos processuais	625
O modo do procedimento e dos seus atos	634
Procedimentos escritos, orais e mistos	635
Vantagens dos procedimentos escritos e orais	635
Desenvolvimento do processo	637
A presença de diferentes procedimentos	638
Fundamentos para a existência de diferentes procedimentos	638
Os diferentes procedimentos existentes	639
Procedimentos previstos em leis extravagantes	643
Adequação dos procedimentos ao direito material	643
Procedimentos com desenvolvimento alterado	644
Possibilidade de o juiz estabelecer a forma de proceder	644
Atos processuais	647
Noções gerais a respeito dos atos processuais	647
Responsáveis pela prática de atos processuais	648
Princípios informativos dos atos processuais	649
Classificação dos atos processuais	650
Crítério subjetivo de classificação dos atos processuais	650
Atos processuais do juiz	651
Atos processuais das partes	653
Atos processuais dos auxiliares da justiça	654
Atos simples, compostos e complexos	655

Nulidades dos atos processuais	657
Considerações gerais sobre as nulidades processuais	657
Classificação das nulidades	657
Motivos para a fixação de formas processuais	658
Sistemas para a verificação das nulidades	659
Princípios aplicáveis às nulidades processuais	659
Iniciativa na declaração da nulidade	661
Alcance da declaração de nulidade	661
Princípios que orientam o reconhecimento das nulidades	661
Categorias de irregularidades que atingem o ato processual	663
Nulidade absoluta e nulidade relativa	664
Inexistência jurídica do ato processual	664
 Petição inicial	 667
Aspectos gerais sobre a petição inicial	667
A petição inicial no processo civil	668
Petição inicial trabalhista e penal	671
 Provas	 673
Definição de prova	673
A necessidade de provar	673
Períodos históricos a respeito da produção das provas	674
Princípios inspiradores da prova	675
Ônus da prova	678
Análise do ônus da prova	680
Ônus da prova perfeito e imperfeito	680
Fases para a produção da prova	681
Objeto da prova	681
Fatos que devem ser provados	682
Momento e local de produção das provas	684
Destinatário da prova	684
Finalidade da prova	685
Verdade formal e material	685
Sistemas de valoração das provas	685
Meios de prova	686
 Recurso	 689
Generalidades sobre os recursos	689
Reexame necessário	690
Recursos, ações autônomas de impugnação e sucedâneos recursais	690
Fundamentos dos recursos	691
Decisões impugnáveis	692
Princípios recursais	692
Juízo "a quo" e juízo "ad quem"	696
Classificação dos recursos	697
Pressupostos recursais genéricos e específicos	701

Rol de pressupostos recursais genéricos	702
Renúncia e desistência do recurso	706
Coisa julgada	707
Definição de coisa julgada	707
Coisa julgada total e parcial	707
Coisa julgada formal e material	707
Eficácia e autoridade da coisa julgada	708
Diferença entre coisa julgada formal e material	708
Natureza da coisa julgada	709
Coisa julgada limitada no tempo	709
Coisa julgada e relação jurídica continuativa	709
Coisa julgada como pressuposto para que uma decisão possa produzir efeitos	710
Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	711
Sentenças com efeitos <i>erga omnes</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>ultra partes</i>	712
Extensão da coisa julgada	716
Função negativa e positiva da coisa julgada material	717
Modificação da decisão por ações autônomas de impugnação	717
Revisão da decisão	718
Impossibilidade de revisão de uma decisão	719
Relativização da coisa julgada	720
<i>Querela nullitatis</i>	721
Ação anulatória	721
O processo e o acesso à justiça	723
Instrumentalidade do processo e acesso à justiça	723
Ondas de renovação do acesso à justiça	724
Outros mecanismos para facilitar o acesso à justiça	728
Tutela coletiva	735
Generalidades sobre a tutela jurisdicional coletiva	735
Princípios que servem como fundamento para a tutela coletiva	736
Principais textos que tratam da tutela coletiva	737
Interesses defendidos através da tutela coletiva	738
Argumentos favoráveis à utilização da tutela coletiva	739
Exercício das ações coletivas	741
Institutos processuais com configuração específica	741
Efetividade da tutela jurisdicional	745
Considerações gerais sobre a efetividade da jurisdição	745
Fatores de diferenciação na prestação da tutela jurisdicional	745
Tutelas sumárias	748
Tutelas de urgência e evidência	750
Formas diferenciadas de cognição	751
Bibliografia	753